

Aquele Saxe-Coburgo-Gotha a quem chamamos o Rei Artista

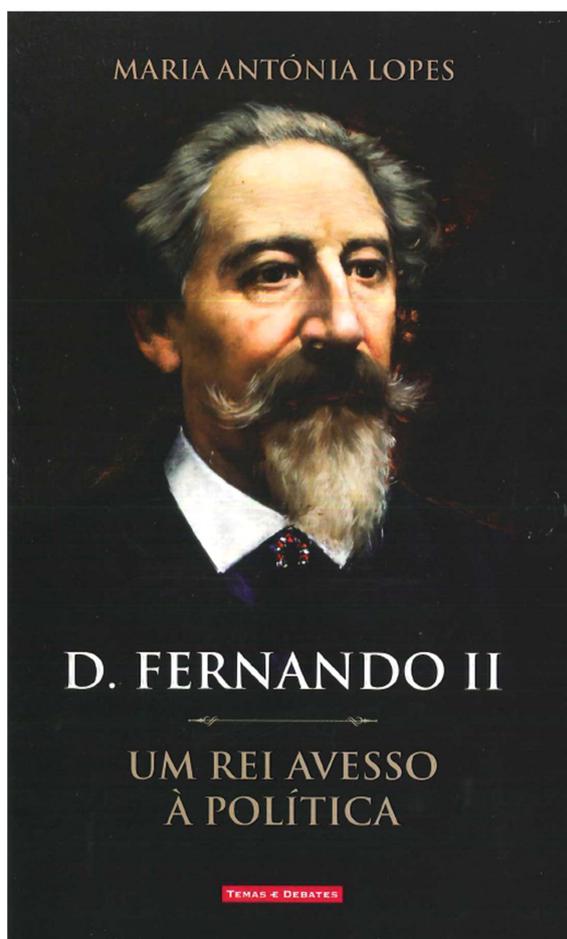
Mário Beja Santos¹, beja.santos@dg.consumidor.pt

D. Fernando II, Um rei avesso à política, por Maria Antónia Lopes (Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2016) é um livro admirável, obra de uma historiadora com um currículo topo de gama que tem a capacidade de elaborar uma narrativa que jamais deixará indiferente até o leitor não iniciado na História de Portugal, e particularmente nos acontecimentos da vida turbulenta do constitucionalismo monárquico, onde o rei D. Fernando II esteve no centro dos acontecimentos.

Passo a enunciar as diferentes razões por que considero esta obra de leitura obrigatória. A primeira, prende-se com uma curiosidade que se transformou numa rede de influências da família Coburgo em praticamente todas as monarquias europeias. A autora desvela quem era quem nesta família Coburgo que se instalou no elevado número de casas reais, entre Portugal e a Rússia. Na

sua sequência, entramos na história de uma Alemanha que era um conceito territorial muitíssimo mais amplo do que aquele que se circunscreve ao que é hoje a República Federal da Alemanha. Essa Alemanha gerou valores culturais e políticos da maior amplitude e, quando se retalhou o império austro-húngaro, deu-se conta do peso desse mosaico étnico-cultural.

A segunda razão chega a ter dimensões de um romance. Uma jovem monarca, viúva ainda praticamente adolescente aceita a escolha de Fernando Augusto de Coburgo como segundo marido. Um jovem com menos de 20 anos, altamente preparado, poliglota, com um raro pendor para as artes, aterra em Lisboa em 1836, já enredado numa teia de intrigas, e apanha no seu primeiro ano em Portugal uma revolução e um golpe palaciano: a Revolução de Setembro e a Belenzada, apercebe-se de que há uma



¹ Aposentado na categoria de Técnico Superior da Direção-Geral do Consumidor, Professor do Ensino Superior, autor de livros e artigos nas áreas das políticas de consumidores e qualidade de vida.

luta feroz entre os cartistas e os vintistas. A autora dá-nos de modo empolgante esse período da vida portuguesa (1837-1851) em que se urdiram conspirações, guerras e escândalos e ascenderam ao tablado político figuras tão controversas como Costa Cabral, o conde de Tomar, e o duque de Saldanha, um conspirador profissional, pelo meio temos a revolta da Maria da Fonte, a guerra civil de 1846-1847 (Patuleia), um país paupérrimo, os conventos ao abandono, o dinheiro a mudar de mãos. Esta turbulência política, este país desavindo, só encontrará rumo com Fontes Pereira de Melo, será a Regeneração, período durante o qual D. Fernando II ganhou todos os créditos para ser tratado como um mecenas das artes, associado à construção sublime do Palácio da Pena, ao restauro de algumas das peças e tesouros artísticos incontornáveis, caso da Custódia de Belém.

A terceira razão prende-se com uma relação conjugal que terá sido fortíssima; D. Fernando e D.^a Maria II constituíram um casal harmonioso, eram muitíssimo próximos, educaram sete filhos, prepararam primorosamente a educação do príncipe real, o futuro de D. Pedro V, basta pensar nas suas duas viagens por terras europeias e a elevada consideração que suscitou. Acompanharemos, nessa teia familiar, as relações de D. Fernando com os diferentes ramos de Coburgo, é significativa a sua correspondência com o primo Alberto e a sua mulher, a rainha Vitória. A autora lembra-nos que o rei Artista despendeu os seus dinheiros não só na construção do Palácio da Pena como nas obras das necessidades, envolveu-se em intervenções nos mosteiros de Alcobaça e da Batalha, reconstruiu o paço dos condes de Barcelos, mandou fazer benfeitorias no Mosteiro dos Jerónimos. Quem visita o Palácio da Pena é confrontado pela paixão do rei das artes decorativas, que recorre à família ou compra durante as viagens obras magníficas que fazem parte do património nacional. Era melómano exímio, sensível à paisagística e à botânica, basta pensar na envolvente do que é hoje o chalé da condessa d'Edla, sua segunda mulher.

A quarta razão prende-se com os tempos da Regeneração correspondente à sua viuvez e regência, à ascensão ao trono de D. Pedro V. Viverá aproximadamente 30 anos liberto das responsabilidades políticas, assistirá a casamentos, à tragédia da morte da jovem rainha D. Estefânia, com 22 anos, ao casamento das filhas; e então a família desfaz-se, morrem-lhe mais filhos, ascende ao trono D. Luís, a corte não aceita a condessa d'Edla. Há muito desassossego por toda a Europa e oferecem-lhe dois tronos: Espanha e a Grécia. Recusa, por diferentes motivos, no caso de Espanha sabe perfeitamente que há uma corrente favorável ao iberismo, e ele rejeita energeticamente a tentação da fusão dos dois países. E se polémica já houvera com o seu segundo casamento, o seu testamento suscitou indignações, deixava um vasto património à sua mulher Elisa com quem viveu tão feliz entre 1872 e 1884.

A rede Coburgo, em que D. Fernando II interferiu diretamente, foi-se dilatando até que a I Guerra Mundial mergulhou os impérios num caos. D. Fernando teve 11 netos dos quais 3 foram reis: Carlos I de Portugal, Frederico Augusto III da Saxónia e Fernando I da Roménia. Um bisneto, filho da sua neta Maria Josefa da Saxónia, casada na casa de Habsburgo, foi o imperador Carlos I da Áustria-Hungria. Duas das suas bisnetas foram também rainhas, ambas filhas de Fernando I da Roménia: Isabel na Grécia e Maria na Jugoslávia. A descendência de D. Fernando II e de D.^a Maria II

extinguiu-se em 1932, com a morte de D. Manuel II, casado com outra bisneta, Augusta Vitória. E este livro admirável assim termina: “Mas vivem muitos outros descendentes seus, que residem sobretudo na Alemanha e na Áustria, mas também na Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Itália, França, Espanha, Hungria, Roménia, Estados Unidos, Canadá, México e África do Sul. Não há nenhum em Portugal”.